

SUMÁRIO

PARTE I – TONS E SEMITONS

Capítulo 1

BATE-PAPO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	23
1. Desafio	23
2. A cultura comum que está nos livros.....	25
3. Algumas categorias iniciais.....	27
4. Noções que inovaram	29
5. Soluções práticas do direito positivo.....	29
6. Ideias gerais transeuntes.....	30
7. Leis que fazem nossa cabeça	31
8. Ao nascer, um regime jurídico.....	32
9. Direito especial, oposto ao privado	34
10. Direitos legislado, acadêmico e profissional.....	34
11. Administrativistas como personagens	35
12. Cuidado com esses personagens!	36
13. O que mais há em nossas cabeças?.....	38
14. O que advogados administrativistas temem?.....	39
15. Caixa de ferramentas.....	41
16. Que normas nos importam?.....	43
17. Vem da Constituição	43
18. Vem dos princípios	44
19. Vem dos regulamentos.....	45

20. Por que divergimos sobre a legalidade?	47
21. Mais para cá ou para lá?	48
22. Variação, divergência e cultura comum	51

Capítulo 2

ANATOMIA SENTIMENTAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO	55
1. Personagens da Ordem dos Administrativistas	55
2. Aspirações de nobreza	57
3. Surpreendente diversidade	61
4. A mentalidade do Estado administrativo	63
5. Modernização autoritária	66
6. Ciência e direitos dos administrados	71
7. Deslocamentos	78
8. Democracia, privatização e gestão	83
9. Outro estilo	89

Capítulo 3

DIREITO ADMINISTRATIVO: ODISSEIA BRASILEIRA	93
1. Autoritarismo (1964 a 1985)	93
2. Transição (1985 a 1994)	97
3. Reforma (1995 a 2007)	108
4. Desarranjo (a partir de 2008)	116
5. Vagamundos	123

Capítulo 4

DIREITO ADMINISTRATIVO? O QUE SERIA?	127
1. Funções da teoria	127
2. Práticos	128
3. Pensadores	129
4. Racionalismo sem empirismo?	131
5. Modelo único?	132
6. Invariável?	134

7. Ciência universal?.....	137
8. Um ramo?.....	138
9. Imutável?	140

PARTE II – MIRAGENS

Capítulo 5

DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE NÃO É?	145
1. Autonomia?	145
2. Um dogma?.....	147
3. O dogma e seus princípios.....	148
4. Uma oposição?	152
5. Uno e harmônico?.....	154
6. Das prerrogativas?	154
7. Sem relações horizontais?	156
8. Insuficiente?	159
9. Autoritário?.....	161
10. Invertido?	163
11. Critério da jurisdição?	164
12. Também no Brasil?	165
13. Guerreiro?.....	166
14. Antítese?	169
15. Estatista e antiliberal?	170
16. Qual a opção da Constituição?.....	172
17. Juristas contra a eficiência.....	176
18. E a gestão pública?	177
19. Juristas cordiais	179

Capítulo 6

FICÇÃO OU CIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO?	183
1. O princípio.....	183
2. Uma ideia	186

3. De ideia a ofício.....	186
4. Provérbios	187
5. Não é sobre princípios científicos	191
6. Existe um critério?.....	191
7. Princípios científicos ou retalhos?	193
8. Ciência ou convenção?	193
9. A teoria não precisa de sistema	196
10. Do tubo de ensaio para o mundo da ciência?.....	197
11. Do jurista intérprete para o aplicador	198
12. Princípios nos manuais: normas em prosa.....	199
13. Princípios do ordenamento?.....	201
14. O que fazer com eles?	204
15. O fim	205

PARTE III – CROMATISMO

Capítulo 7

DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE É?	211
1. Desencaixado.....	211
2. Caixa de ferramentas	213
3. Reforço normativo ao pluralismo	215
4. Estatutário	218
5. Composição homogênea?	219
6. Contradição?	220
7. Ideia fora de lugar?.....	222
8. Comum	222
9. Anacronismo?	224
10. Confederação assimétrica	225
11. Global mais parcial	226
12. Mescla	227
13. Núcleo conceitual.....	230
14. Sem unificação processual.....	230

15. Sem unificação organizacional e funcional	231
16. Sem unificação substantiva.....	232
17. Sem padrão geral.....	233
18. Homogeneização e dispersão	234
19. No controle de constitucionalidade.....	235
20. Na Justiça.....	235
21. Na legislação.....	236
22. Eclético, disperso e plural.....	237

Capítulo 8

PRINCÍPIO É PREGUIÇA?	239
1. Contra a farra dos princípios	239
2. Princípios: indeterminação normativa extrema	243
3. Como achar normas dentro de princípios?.....	244
4. Princípios que são normas principais	245
5. Voltando aos princípios que são normas iniciais	246
6. A moda dos princípios no direito público	249
7. Por que tanta indeterminação nos textos normativos?.....	249
8. Jogos de poder em torno de princípios	250
9. Princípios como armas de espertos e de preguiçosos	251
10. Divisão de competências para aplicar princípios	253
11. Nem sempre a competência é dos juízes	253
12. Mas cabe aos próprios juízes a autolimitação.....	254
13. Critérios jurisprudenciais restritivos e afirmativos da competência judicial	255
14. A competência judicial para criar soluções usando princípios não se presume	257
15. Uma peculiaridade dos conflitos do mundo privado.....	258
16. Conflitos do mundo público envolvem relações institucionais.....	259
17. A máquina administrativa também tem qualidades para operar o Direito	260
18. Os juízes têm o ônus de fundamentar sua competência	261
19. O poder que a lei delega ao juiz e o poder que o juiz quer tomar do legislador.....	261

20. O ônus da competência nos conflitos distributivos.....	262
21. Caso em que o Judiciário é especialmente responsável.....	263
22. Atenção: normas judiciais podem não ser fáceis de mudar	264
23. Usando princípios para julgar nas nuvens.....	266
24. Usando princípios para não decidir ou não motivar.....	268
25. Usando bons princípios para ignorar a lei	270
26. Os juízes têm o ônus do regulador	271
27. Controles públicos precisam de limites	272

Capítulo 9

ADMINISTRAR É CRIAR?	275
1. Serão as leis a alma do direito administrativo?.....	275
2. As administrações não são braços mecânicos do legislador	279
3. Por que a ideia do braço mecânico ainda é forte no Brasil?	281
4. As leis não são a única fonte do direito administrativo.....	285
5. As administrações também se tornaram fonte de normas	287
6. A ação normativa das administrações é compatível com o Estado de Direito	288
7. A ação normativa do Estado está se aprofundando	290
8. Não está havendo deslegalização	292
9. Está havendo uma intensificação normativa	293
10. Cresceu a interação do Executivo com o Legislativo.....	295
11. Estamos na era da concorrência normativa	296
12. No que tudo isso afeta os administrativistas?.....	297
13. Graus de vinculação administrativa ao legislador	297
14. Primazia da lei	298
15. Genérica dependência de lei para as administrações	299
16. Reservas específicas de lei	301
17. Adequação entre leis e normas administrativas.....	303
18. Que modalidade de norma legal pode habilitar o regulamento?.....	304
19. Regulamento como condição de aplicabilidade da lei?	305
20. Dever regulamentar	306
21. Cada norma regulamentar em sua individualidade.....	307
22. O poder de legislar é delegável ao regulamento?	308

23. A lei pode autorizar regulamentos?.....	309
24. Regulamentos executivos x regulamentos autorizados.....	310
25. Qual é o mínimo de conteúdo para a lei ser suficiente?.....	311
26. O debate sobre a constitucionalidade dos regulamentos autorizados	317
27. Regulamentos autorizados legitimados pela experiência	319
28. Mas é preciso defender também o espaço da lei	321
29. Conclusão.....	322

Capítulo 10

COMO O PROCESSO ENTROU NO DIREITO ADMINISTRATIVO?	325
1. Engrenagens do modelo brasileiro.....	325
2. Diferentes soluções de engenharia normativa.....	326
3. Opção pelo minimalismo.....	329
4. Os porquês da opção legal brasileira	331
5. O impulso que gerou as leis brasileiras.....	333
6. Peculiaridade brasileira na legislação contenciosa	334
7. Desenvolvimento institucional e leis de processo	336
8. Para quê discutir conceitos de processo?	338
9. Questões terminológicas: processo ou procedimento?.....	338
10. O legislador brasileiro fugiu dos conceitos	340
11. Para que classificar tipos de processo?	341
12. O caso dos processos sancionadores	342
13. O caso dos processos competitivos	344
14. O caso dos processos normativos.....	344
15. Conclusão.....	345

PARTE IV – HORIZONTES

Capítulo 11

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PRECISAM EVOLUIR?	349
1. Mais mudanças no direito administrativo?	349
2. Processo administrativo, figura central?	351

3. Aprendizado recente com normas administrativas com caráter geral....	354
4. Processos administrativos sancionadores e o problema das prescrições antecedente e intercorrente.....	357

Capítulo 12

ADMINISTRAÇÕES E CONTROLES: UM NOVO EQUILÍBRIO?.....	377
1. Introdução.....	377
2. Lendo leis de outro modo.....	380
3. O interesse público nas mãos das administrações	383
4. A autoridade administrativa na Justiça	386
5. O interesse público nas mãos da Justiça e de quem acusa.....	394
6. Conclusão: um direito mais que administrativo?	400

Capítulo 13

BALANÇO DO DIREITO ADMINISTRATIVO DAS PARCERIAS ECO- NÔMICAS	401
1. Introdução.....	401
2. Parcerias público-privadas empresariais	401
3. Parcerias público-privadas contratuais	404
4. Tendências e desafios em aberto	417

Capítulo 14

DESIGN NORMATIVO NO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	423
1. Inovações com normas.....	423
2. Acadêmicos práticos.....	424
3. Design normativo não é simples redação	427
4. Diagnosticar	428
5. Conceber solução inovadora	430
6. Tentativa de texto normativo.....	432
7. Interação em busca de um texto final	433

Capítulo 15

DIREITO ADMINISTRATIVO: O QUE HÁ DE SER?	435
1. Captar o novo	435
2. Reformas possíveis	437
3. <i>Clips, clics</i> e negócios públicos	441
4. Semipublicismos	443
5. O polipublicismo	447
6. O hipo-administrativismo	450